



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

142

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299509-5**

APELANTE: VENÂNCIO ALIMENTOS LTDA.

APELADO: CORSA VEÍCULOS LTDA.

REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO – DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – COMPRA DE VEÍCULO AUTOMOTOR – PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO – IMPOSSIBILIDADE – ERRO SUBSTANCIAL NÃO CARACTERIZADO – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0299509-5, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em **negar provimento** ao apelo, nos termos do voto da Relatora Substituta, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

(Julgamento ocorrido na sessão realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_).

Recife,

19/09/2013

  
Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro  
Relatora Substituta



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

143.

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299509-5**

**APELANTE: VENÂNCIO ALIMENTOS LTDA.**

**APELADO: CORSA VEÍCULOS LTDA.**

**REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO**

**RELATÓRIO:**

Adoto, inicialmente, o relatório da sentença de fls. 75/79.

Trata-se de recurso de apelação interposto por VENÂNCIO ALIMENTOS LTDA. contra sentença prolatada pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca da Capital, que nos autos de uma ação ordinária de anulação de negócio jurídico com devolução de quantias pagas c/c indenização por danos morais, julgou improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes, fixados em 10% sobre o valor da causa.

Apela a suplicante, fls. 92/99, requerendo a reforma do julgado por ser contrário à lei e à prova dos autos.

Contra-razões às fls. 105/115, pugnando pelo improvimento da apelação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

144.

---

É o relatório.

À douta Revisão.

Recife,

15/09/2013  
*[Assinatura]*

*Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro*  
Relatora Substituta



**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

SENTENÇA nº 557 /2012

Proc.: 0023279-81.2011.8.17.0001

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.  
CONTRATO DE PROMESSA DE  
COMPRA E VENDA. BAIXA EM  
GRAVAME. QUITAÇÃO DE  
VEÍCULO. JULGAMENTO  
ANTECIPADO E IMPROCEDENTE.

**1. RELATÓRIO.**

Vistos etc.

**VENANCIO ALIMENTOS LTDA**, qualificada à fl. 02, propôs, neste Juízo, com base na legislação pertinente, a presente **Ação de Anulação de Negócio Jurídico** em face de **CORSA VEICULOS LTDA**, também qualificada à fl. 02.

A parte autora alega ter firmado contrato de compra e venda com o réu.

Afirma que o valor acordado foi de R\$ 62.300,00 (sessenta e dois mil e trezentos reais), a serem pagos da seguinte forma:

1. Um veículo FIAT Doblô Adventure 2005/2006 no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), como parte do valor de entrada.
2. R\$ 600,00 (seiscentos reais) referentes aos custos de transferências;
3. R\$ 7.000,00 (sete mil reais), como complemento do valor de entrada.
4. R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) (divididos em três cheques pré-datados);
5. Finalmente um cheque no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Sendo emitido a título de caução, por ter o veículo pendência que impossibilita sua transferência.

Alega ainda que este último cheque, emitido a título de caução, seria devolvido no momento da baixa do gravame, e que tal obrigação deveria ser cumprida em 15 (quinze) dias.

Afirma, por fim, que ainda não houve baixa do gravame por parte do réu até a data da propositura da ação.



**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

Pede então a anulação do negócio jurídico por erro. Além de antecipação dos efeitos da tutela.

Em contestação, acostada aos autos às fls. 29/64, alega o réu: 1. Decadência do direito de reclamação dos defeitos apresentados pelo bem; 2. Que a transferência do veículo não ocorreu por demora do demandante em quitar as parcelas referentes às taxas do DETRAN; 3. Ter agido com boa-fé, uma vez que não apresentou o cheque caução referente à última parte do pagamento; 4. Pede a realização de perícia para apurar suposto defeito do veículo, alegado pelo autor; 5. Refuta a hipótese de dano moral ou material;

Réplica apresentada às fls. 75/79.

É o que importa relatar.

Decido.

**2. FUNDAMENTOS.**

**2.1. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.**

Tem-se, *in casu*, a hipótese prevista no art. 330, I, do CPC, que impõe:

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;

Os autos estão suficientemente instruídos com os documentos necessários à formação do convencimento do julgador. Por essa razão é que se discorre agora a sentença – mesmo sem designação de audiência.

Apenas a título de diligência, ressalto o entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça, protetor da legislação infraconstitucional:

Não há falar em cerceamento de defesa, quando o julgador, entendendo estarem os autos suficientemente instruídos, reputa desnecessária a produção de provas e julga antecipadamente a lide. (STJ – AgRg no Ag 969.494/DF – 3ª Turma – Rel. Massami Uyeda – Julg. 03/02/2009).



82  
B

**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

**2.2. DA ANÁLISE DA PRELIMINAR AVENTADA. DECADÊNCIA.**

A parte ré alega a preliminar de decadência. Diz, à fl. 30, que

“Ocorre que, embora tenha constatado o vício, o autor nunca apresentou queixa formal à demandada apenas reclamou nesta ação, distribuída em **18 de abril de 2011**, ou seja, após **dez meses** da constatação do vício”

Ocorre que o autor não pleiteia aqui a reparação de eventuais danos, mas somente a anulação do negócio jurídico com base, unicamente, em erro.

Inclusive tendo exposto expressamente em sua réplica, à fl. 77, aqui reproduzida:

(...) não existindo qualquer necessidade de produção de prova pericial, já que a autora não alega qualquer defeito no veículo como causa para o desfazimento do negócio jurídico.

Rejeito, pois, a preliminar apresentada.

**2.3. Da anulação do negócio jurídico**

**2.3.1 Da mora da parte ré.**

No presente caso, a parte autora firmou com o réu contrato de compra e venda.

É ponto incontroverso nos autos que ficou acordado o pagamento de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) pela parte autora, mediante a baixa do gravame do bem (PICKUP NISSAN FRONTIER 2.8 XE 4X2 ANO 2007/2007, DIESEL, COR CINZA, PLACA KKS 4668).

Argumenta a parte autora ter acordado que a baixa do gravame pelo réu seria feita em 15 dias.

Ocorre que não há comprovação de que foi acordado tal prazo, sendo a afirmação positiva do autor infundada.

Sendo assim, considero a quinta parte do pagamento uma condição, como verifica-se no art. 121 do Código Civil:



**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

Não resta, portanto, fundada a mora da parte ré.

**2.3.2 Da anulação do negócio jurídico por erro**

Trás o autor à baila o pedido de anulação do negócio jurídico por erro.

Nesse sentido dispõe o Código Civil:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Observa-se que o negócio jurídico apenas poderá ser anulado quando as "declarações de vontade emanarem de **erro substancial**" (grifo nosso), tal modalidade de erro é caracterizada, também, neste código, vejamos:

Art. 139. O erro é substancial quando:

I - interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;

II - concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante;

III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

De certo que o fato de estar o réu em mora, não caracteriza o erro substancial. Isso porque saber da demora em haver a baixa do gravame não seria o motivo único ou principal de realizar ou não o negócio jurídico.

Tal motivo único ou principal, presume-se, é a função de o veículo promover a locomoção e nesse sentido nada foi alegado pelo autor no sentido de anulação de negócio jurídico, como expresso na em trecho da réplica, já citado nessa sentença (tópico 2.2).



83  
①

**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

Dessa forma não consiste a mora do devedor em adimplir com sua obrigação fato impeditivo do uso do carro. Tal mora enseja juros e penalidades, comumente cominadas, nesse tipo de contrato.

Dessa forma está descaracterizada a hipótese de anulação do negócio jurídico por erro, caracterizado no art. 138 do Código de Processo Civil.

**2.4. DA CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA EM GRAU DE SENTENÇA.**

É, já há tempo, conhecida a antecipação dos efeitos da tutela na sentença.

Há, para tal pleito, requisitos: que seja verossímil e que haja prova inequívoca.

Ora, não há aqui verossimilhança do pedido, uma vez que os autos já se encontram instruídos ao ponto de estar sendo prolatada sentença de improcedência.

Não há, além disso, a prova inequívoca, posto que o cheque emitido como caução faz parte de contrato firmado entre as partes, não havendo prova inequívoca quanto à anulabilidade do negócio jurídico por erro.

Dessa forma, **indefiro o pedido de antecipação de tutela**, uma vez que, por não caber anulação de negócio jurídico, não há de se falar em devolução do cheque caução até que seja cumprido o pagamento.

**3. DISPOSITIVO.**

Assim sendo, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de anulação do negócio jurídico por erro. Condene ainda a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Com o trânsito em julgado e após o cumprimento da sentença, remetam-se os autos à distribuição para as devidas baixas, sendo arquivados em seguida.

Publique-se. Arquive-se cópia. Intime-se.

②



**Poder Judiciário de Pernambuco**  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Recife**

Recife, 19 de setembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'CL' or similar initials, written over the printed name.

**Juiz Carlos Damiano Lessa**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

145.

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299509-5**

APELANTE: VENÂNCIO ALIMENTOS LTDA.

APELADO: CORSA VEÍCULOS LTDA.

REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

**VOTO**

Sr. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Conforme já relatado, cuida-se de recurso de apelação interposto por Venâncio Alimentos Ltda., contra sentença de improcedência dos pedidos formulados nos autos da ação de anulação de negócio jurídico com a devolução de quantias pagas c/c indenização por danos morais.

Nas suas razões recursais (fls. 92/99) o apelante se insurge, aduzindo que a demora da empresa/apelada em dar baixa no gravame junto ao DETRAN, constitui-se em erro substancial do negócio jurídico passível de anulação.

Para evitar indesejável exercício de tautologia, adoto como razão de decidir os fundamentos da sentença hostilizada, que bem apanharam os fatos e as provas acostadas aos autos, deslindando o feito com coerência e razoabilidade, incorporando-os ao meu voto, os quais transcrevo adiante, no que mais releva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

---

"(...) Trás o autor à baila o pedido de anulação do negócio jurídico por erro.

Nesse sentido dispõe o Código Civil:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Observa-se que o negócio jurídico apenas poderá ser anulado quando as "declarações de vontade emanarem de erro **substancial**" (grifo nosso), tal modalidade de erro é caracterizada, também neste código, vejamos:

Art. 139. O erro é substancial quando:

I - interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais:

II – concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante;

III – sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

**De certo que o fato de estar o réu em mora, não caracteriza o erro substancial. Isso porque saber da demora em haver a baixa do gravame não seria o motivo único ou principal de realizar ou não o negócio jurídico.**

Tal motivo único ou principal, presume-se, é a função de o veículo promover a locomoção e nesse sentido nada foi alegado pelo autor



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

146-

no sentido de anulação de negócio jurídico, como expresso em trecho da réplica, já citado nessa sentença.

Dessa forma não consiste a mora do devedor em adimplir com sua obrigação fato impeditivo do uso do carro. Tal mora enseja juros e penalidades, comumente cominadas, nesse tipo de contrato.

Dessa forma está descaracterizada a hipótese de anulação do negócio jurídico por erro, caracterizado no art. 138 do Código de Processo Civil."

Destarte, sem que a recorrente tenha trazido novos elementos hábeis a justificar a pretendida reforma da sentença atacada, não há como acolher a sua pretensão.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao apelo em foco.

Recife,

19/09/2013

*Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro*  
Relatora Substituta



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

126

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299509-5**  
**APELANTE: VENÂNCIO ALIMENTOS LTDA.**  
**APELADO: CORSA VEÍCULOS LTDA.**  
**REVISÃO: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**DESPACHO**

Revistos.  
Incluem-se em pauta.

Recife, 16 de abril de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**REVISOR**